



**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

1.1. Estudo Técnico Preliminar – Câmara de Vereadores.

**2. CONTATOS:**

2.1. E-mail: [camara@camaraita.sc.gov.br](mailto:camara@camaraita.sc.gov.br)

2.2. Telefone/WhatsApp: (49) 3458-1725

2.3. Responsável: Poliana Marieli Peri.

**3. OBJETO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:**

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações, periodicidade, critérios de qualidade e demais condições a serem estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no respectivo Termo de Referência.

3.2. A prestação dos serviços compreenderá a execução de rotinas periódicas de limpeza e conservação predial, visando assegurar adequadas condições de higiene, salubridade, organização, conservação patrimonial e funcionalidade dos ambientes utilizados por servidores, vereadores e munícipes.

3.3. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, localizada na Rua 01, n. 157, Centro, do município de Itá, abrangendo áreas internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco, totalizando área aproximada de 511,56 m<sup>2</sup>, conforme detalhamento constante neste

Rua 01, nº 157 – Centro – CEP: 89760-000 – ITÁ – SC  
Telefone: (49) 3458 1725 – CNPJ: 10.561.999/0001-00  
Site: [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br) – E-mail: [camara@camaraita.sc.gov.br](mailto:camara@camaraita.sc.gov.br)



**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

Estudo Técnico Preliminar.

**4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:**

4.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Itá, considerando a necessidade de manutenção da higiene, organização, conservação e asseio das dependências internas, externas e esquadrias da sede do Poder Legislativo Municipal, justifica a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza e conservação predial.

4.2. As atividades de limpeza e conservação possuem natureza contínua e essencial ao regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas, sendo indispensáveis para a manutenção das condições mínimas de higiene, salubridade, organização e segurança dos ambientes de trabalho e de atendimento ao cidadão, contribuindo diretamente para a saúde e bem-estar dos servidores, vereadores, colaboradores, prestadores de serviços e visitantes, além de promover a adequada preservação do patrimônio público.

4.3. Considerando a natureza institucional deste órgão, que recebe diariamente servidores, parlamentares, assessores, colaboradores e cidadãos, observa-se a imprescindibilidade de manter os ambientes limpos, organizados e adequadamente conservados, promovendo um espaço saudável, funcional e apropriado para o desempenho das atividades legislativas e administrativas.

4.4. A adequada execução dos serviços contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, prevenção de danos decorrentes da ausência de conservação predial, promoção da saúde ocupacional dos usuários das dependências públicas e manutenção de ambiente apropriado ao atendimento da população e ao desempenho das atividades institucionais.

4.5. É importante destacar que a Câmara Municipal possui, em seu quadro de pessoal, o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, o qual, dentre outras



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

atribuições, compreendia a execução das atividades de limpeza e conservação predial. Entretanto, a atual servidora ocupante do referido cargo, atualmente, possui restrições de atividades, permanecendo apta somente para a realização de tarefas administrativas, circunstância que impossibilita o atendimento integral da demanda existente no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

4.6. Ainda, destaca-se que a Lei Complementar Municipal nº 164/2022, posteriormente ratificada pela Lei Complementar Municipal nº 183/2023, colocou o referido cargo em extinção, de modo que, quando ocorrer sua vacância, este será automaticamente extinto, inexistindo previsão de provimento futuro para a função no quadro permanente do Poder Legislativo.

4.7. Dessa forma, nota-se que a natureza dos serviços de limpeza e conservação exige habilidades específicas, condições físicas adequadas e disponibilidade contínua de mão de obra, circunstâncias que, no momento, não podem ser integralmente supridas pelo quadro funcional atualmente existente.

4.8. Desse modo, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível e mais adequada ao interesse público, uma vez que o cargo responsável por tais atribuições já se encontra ocupado, inexistindo possibilidade de realização de novo concurso público ou contratação temporária para a função, restando, portanto, como alternativa viável e legalmente adequada, a terceirização dos serviços mediante realização de processo licitatório.

4.9. A terceirização dos serviços, além de permitir maior eficiência administrativa, proporciona melhor gestão dos recursos humanos e materiais, maior especialização técnica na execução das atividades e continuidade adequada dos serviços essenciais de limpeza e conservação, garantindo melhores condições de salubridade, organização e manutenção das instalações públicas.

4.10. A contratação pretendida também atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e legalidade, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo que a Câmara Municipal mantenha ambiente limpo, seguro, saudável e adequado ao exercício de suas funções institucionais, sem



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

comprometer a execução de suas atividades finalísticas.

4.11. Nesse sentido, considerando os fatores acima expostos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, conforme especificações, periodicidade, critérios de qualidade e demais condições a serem estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no respectivo Termo de Referência.

4.12. Verifica-se, portanto, a indispensabilidade da realização de pregão eletrônico para a contratação pretendida, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

## **5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA da Câmara Municipal de Vereadores de Itá para o exercício de 2026, elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, estando a demanda devidamente alinhada ao planejamento institucional do Poder Legislativo Municipal.

5.2. O Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026 encontra-se disponível para consulta pública no Portal Oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, por meio do endereço eletrônico: <https://www.camaraita.sc.gov.br/imprensa/transparencia/Plano-de-Contratacoes-Anual/1/2026>

5.3. Ainda, a despesa decorrente da futura contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA, instituída pela Lei Municipal nº 2.843, de 24 de outubro



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

de 2025, correndo à conta da dotação orçamentária vinculada à manutenção das atividades legislativas, conforme classificação orçamentária 3.3.90.00.00.00.00 – Ação 2001 – Referência 374.

5.4. Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida possui compatibilidade com o planejamento administrativo e orçamentário da Câmara Municipal, observando-se os princípios do planejamento, responsabilidade fiscal e eficiência administrativa previstos na legislação vigente.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

6.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com todas as disposições constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, no Edital do Processo Licitatório e em seus respectivos anexos, observando rigorosamente as normas técnicas, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis à execução do objeto.

6.2. Não será admitida a contratação de pessoa física para execução do objeto.

6.3. A vedação justifica-se pela natureza dos serviços pretendidos, que demandam organização empresarial mínima para gestão, supervisão e execução contínua das atividades contratadas, bem como capacidade operacional para disponibilização de mão de obra, substituição de profissionais em caso de ausências, fornecimento de equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, observância das normas de segurança e medicina do trabalho e cumprimento das obrigações legais inerentes à prestação dos serviços.

6.4. A execução contratual exige, ainda, que a contratada possua estrutura administrativa apta a assumir integralmente os riscos, responsabilidades e encargos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança do trabalho, assegurando a continuidade da execução contratual e a adequada satisfação do interesse público.

6.5. Dessa forma, a contratação de pessoa jurídica mostra-se a solução mais adequada para garantir a regularidade, a eficiência, a continuidade e a segurança



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

jurídica da contratação, compatibilizando-se com as características e complexidade operacional do objeto pretendido.

6.6. Da mesma forma, não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, tendo em vista que a execução dos serviços exige controle direto da contratada sobre os profissionais disponibilizados, supervisão permanente das atividades, padronização dos procedimentos de limpeza e responsabilidade integral pela qualidade dos serviços prestados.

6.7. A vedação à subcontratação busca evitar a transferência indevida de responsabilidades contratuais, prejuízos à fiscalização administrativa, fragmentação da execução dos serviços, riscos de descontinuidade contratual e eventuais dificuldades relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

6.8. A empresa contratada deverá executar diretamente os serviços por meio de seus próprios empregados, devidamente registrados, uniformizados, capacitados e supervisionados, responsabilizando-se integralmente pela execução contratual e pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais decorrentes da prestação dos serviços.

6.9. A contratação deverá observar, ainda, critérios de sustentabilidade compatíveis com as diretrizes previstas na legislação vigente e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que se refere à utilização racional de recursos, correta destinação de resíduos, redução de desperdícios e utilização adequada de produtos de limpeza.

6.10. Na composição dos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual, compreendendo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, transporte, alimentação, uniformes e equipamentos de proteção individual – EPIs, bem como quaisquer outras despesas incidentes sobre a prestação dos serviços.

6.11. Considerando as conclusões constantes em parecer jurídico e nos documentos técnicos que instruem o processo, as atividades objeto da presente



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

contratação compreendem a limpeza e higienização de sanitários de uso coletivo, com recolhimento de resíduos, circunstância que enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (40%), nos termos da legislação trabalhista aplicável, da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego e da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, as licitantes deverão considerar referido adicional na composição de seus custos e na formulação das propostas, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro;

6.12. A empresa contratada deverá estar habilitada e manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços, supervisão dos empregados, cumprimento da legislação trabalhista e fornecimento dos recursos necessários à adequada execução do objeto.

6.13. A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), adotando as medidas necessárias para proteção de eventuais dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução contratual.

6.14. A contratação deverá observar requisitos mínimos de qualificação técnica, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira compatíveis com a natureza do objeto, bem como atender às disposições relativas à segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade, fornecimento de equipamentos e EPIs, qualificação dos profissionais e cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria.

6.15. Os requisitos específicos da execução contratual, habilitação, fiscalização, rotina de trabalho, quantitativos, jornada, fornecimento de equipamentos e demais obrigações da contratada, bem como os documentos de habilitação e demais exigências específicas serão detalhados no Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório.





**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**7. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

7.1. Os serviços objeto da presente contratação deverão ser iniciados em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço, prazo no qual a empresa contratada deverá providenciar toda a estrutura necessária à adequada execução contratual, incluindo mão de obra, equipamentos, uniformes e equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à prestação dos serviços.

7.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, mediante prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sede da Câmara de Vereadores de Itá, localizada na Rua 01, n. 157, Centro, do município de Itá, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos.

7.3. Os serviços deverão ser executados durante todo o período de vigência contratual, observando-se as rotinas, periodicidades, padrões mínimos de qualidade, cronogramas e demais condições a serem estabelecidas no Termo de Referência e no contrato administrativo.

7.4. O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. A contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a execução contratual, responsabilizando-se pela substituição de profissionais ausentes, afastados ou impossibilitados de exercer suas atividades, de forma a não comprometer a adequada execução dos serviços contratados





**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**8. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

8.1. O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por objetivo identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos, legais e de eficiência administrativa, em observância aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A partir da análise das necessidades do Poder Legislativo Municipal, das características do objeto e das condições atualmente existentes no órgão, verificou-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e supervisão técnica necessários à adequada execução contratual.

**8.3. Execução direta dos serviços pela Administração Pública:** A primeira alternativa analisada consistiu na execução direta dos serviços por servidores pertencentes ao quadro próprio da Câmara Municipal.

8.3.1. Contudo, verificou-se a inviabilidade técnica e administrativa desta solução, considerando que a Câmara Municipal não dispõe atualmente de recursos humanos suficientes e adequados para a execução contínua dos serviços de limpeza e conservação predial. Além disso, conforme já exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a servidora ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais possui restrições de atividades relacionadas à execução dos serviços de limpeza, permanecendo apta somente ao desempenho de atividades administrativas.

8.3.2. Ainda, destaca-se que o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais foi colocado em extinção pela Lei Complementar Municipal nº 164/2022, posteriormente ratificada pela Lei Complementar Municipal nº 183/2023, inexistindo previsão de provimento futuro para a função.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

8.3.3. Também foi considerada a hipótese de realização de concurso público para provimento de novo cargo efetivo. Entretanto, tal solução mostrou-se inadequada sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que implicaria criação de vínculo permanente para execução de atividade acessória e instrumental, cuja natureza admite terceirização, contrariando os princípios da eficiência administrativa, racionalização de pessoal e economicidade.

8.3.4. Além disso, a realização de concurso público acarretaria custos adicionais relacionados à organização do certame, provimento permanente do cargo, encargos previdenciários, gestão funcional, afastamentos, substituições e demais despesas permanentes inerentes ao vínculo estatutário.

8.3.5. Dessa forma, concluiu-se que a execução direta dos serviços pela Administração Pública não representa a solução mais eficiente, econômica ou adequada ao interesse público.

**8.4. Compartilhamento de mão de obra com o Poder Executivo Municipal:** Outra alternativa analisada consistiu na utilização de mão de obra vinculada ao Poder Executivo Municipal.

8.4.1. Todavia, verificou-se a inviabilidade prática da solução, considerando que o Município de Itá também realiza a terceirização dos serviços de limpeza e conservação predial, possuindo contratação específica voltada exclusivamente às repartições pertencentes ao Poder Executivo Municipal.

8.4.2. Além disso, eventual compartilhamento de pessoal entre os Poderes poderia gerar dificuldades operacionais, comprometimento da autonomia administrativa e riscos à continuidade da prestação dos serviços.

**8.5. Contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais de consumo:** Também foi analisada a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços incluindo, além da mão de obra e equipamentos, o fornecimento integral dos materiais de consumo e produtos de limpeza.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

8.5.1. Embora esta modalidade seja amplamente utilizada pela Administração Pública, verificou-se que, no caso concreto da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, a solução não se mostra a mais vantajosa no presente momento, considerando que o órgão possui estoque significativo de materiais de limpeza e consumo já adquiridos anteriormente.

8.5.2. Assim, a contratação com fornecimento integral de materiais poderia ocasionar duplicidade de aquisição de insumos, desperdício de materiais já existentes em estoque, aumento desnecessário dos custos contratuais e menor eficiência na utilização dos recursos públicos.

8.5.3. Além disso, a manutenção do fornecimento dos materiais diretamente pela Administração possibilita maior controle sobre a qualidade dos produtos utilizados, consumo dos materiais, racionalização de estoque e fiscalização contratual.

**8.6 Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços com fornecimento de mão de obra e equipamentos:** Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução técnica e economicamente mais viável consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e supervisão técnica necessários à adequada execução contratual, permanecendo sob responsabilidade da Administração o fornecimento dos materiais de consumo e produtos de limpeza.

8.6.1. A solução escolhida apresenta maior eficiência operacional, especialização técnica da execução dos serviços, continuidade adequada das atividades, redução de encargos administrativos relacionados à gestão direta de pessoal, racionalização de recursos humanos, flexibilidade administrativa, melhor fiscalização contratual e maior previsibilidade dos custos da contratação.

8.6.2. Além disso, o modelo adotado encontra ampla utilização na Administração Pública e está alinhado às diretrizes constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Caderno de Logística de Serviços de Limpeza do Governo Federal.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

8.6.3. Verificou-se, ainda, que a metragem total da área abrangida pelos serviços, correspondente a aproximadamente 511,56 m<sup>2</sup>, associada à baixa complexidade operacional das atividades e à classificação dos ambientes como áreas internas de piso frio, áreas externas pavimentadas e esquadrias sem exposição à situação de risco, permite a execução adequada dos serviços mediante disponibilização de 1 (um) servente de limpeza com jornada parcial de 20 (vinte) horas semanais, observados os critérios de produtividade e periodicidade das atividades.

8.6.4. Por fim, conclui-se que a contratação mediante realização de Pregão Eletrônico constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, garantindo competitividade, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:**

9.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio predial das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante disponibilização de mão de obra qualificada, supervisão técnica e equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à adequada execução contratual.

9.2. Salienta-se que o serviço especializado compreende a limpeza e conservação das dependências internas, externas e esquadrias da sede do Poder Legislativo Municipal, devendo a contratada observar rigorosamente o cronograma de execução dos serviços, periodicidades, rotinas de limpeza e padrões mínimos de qualidade a serem estabelecidos pela Câmara Municipal no Termo de Referência e no respectivo contrato administrativo.

9.3. A execução dos serviços compreenderá a realização de rotinas periódicas



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

de limpeza e conservação predial, abrangendo, dentre outras atividades, limpeza e higienização de pisos, sanitários, mobiliários, equipamentos, áreas de circulação, escadas, recepção, plenário, copa/cozinha, esquadrias sem exposição à situação de risco e áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação, incluindo remoção de resíduos, retirada de pó, organização básica dos ambientes e demais atividades correlatas necessárias à adequada conservação das dependências da Câmara Municipal.

9.4. A solução contempla a execução dos serviços de limpeza, com enquadramento no CBO 5143-20, para prestação dos serviços mediante jornada parcial de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos.

9.5. A principal finalidade da contratação é assegurar condições adequadas de higiene, limpeza, organização, salubridade e conservação patrimonial no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, garantindo ambiente apropriado ao desempenho das atividades legislativas e administrativas, bem como ao atendimento da população.

9.6. A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, inexistindo disponibilização exclusiva e permanente de empregado da contratada à Administração.

9.7. Considerando que os serviços serão prestados com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, verifica-se que a execução contratual não demandará dedicação exclusiva de mão de obra.

9.8. A contratada poderá compartilhar seus recursos humanos e operacionais com outros contratos, desde que assegurado o integral cumprimento da carga horária, das rotinas de execução, dos níveis de qualidade exigidos e da disponibilidade necessária ao atendimento das demandas da Câmara Municipal.

9.9. Não haverá exigência de permanência integral ou disponibilidade exclusiva de empregados vinculados ao contrato, tampouco alocação exclusiva de recursos



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

materiais, circunstâncias que afastam a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra.

9.10. O modelo adotado mostra-se compatível com a natureza, dimensão e baixa complexidade do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade.

9.11. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos e ferramentas, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços, bem como pela supervisão dos profissionais, cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho aplicáveis à contratação.

9.12. Os materiais de consumo e produtos de limpeza utilizados na execução das atividades serão fornecidos pela própria Câmara Municipal, considerando a existência de estoque previamente adquirido pela Administração, possibilitando maior controle do consumo, racionalização dos recursos públicos e redução dos custos contratuais.

9.13. A contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição de profissionais ausentes, afastados ou impossibilitados de exercer suas atividades, de forma a não comprometer a adequada execução contratual.

9.14. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente as normas regulamentadoras relacionadas à utilização de equipamentos de proteção individual, manipulação de produtos de limpeza e prevenção de acidentes de trabalho.

9.15. Quanto aos aspectos trabalhistas da contratação, destaca-se que a composição dos custos deverá observar a legislação trabalhista vigente, a convenção coletiva aplicável à categoria profissional e as normas relacionadas às condições de saúde e segurança do trabalho, especialmente no que se refere à eventual incidência de adicionais legalmente exigíveis.

9.16. A seleção da contratada será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

9.17. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências técnicas, operacionais e de qualificação previstas no Termo de Referência, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública sem prejuízo da qualidade e da adequada execução contratual.

9.18. A contratada deverá indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e atendimento das demandas da Administração, mantendo comunicação permanente com o fiscal do contrato designado pela Câmara Municipal.

9.19. Considerando a natureza do objeto, não se aplica exigência de manutenção ou assistência técnica especializada típica de fornecimento de equipamentos ou sistemas tecnológicos. Todavia, a contratada deverá assegurar suporte operacional contínuo durante toda a execução contratual, garantindo a imediata correção de falhas, substituição de equipamentos danificados e regularização de eventuais problemas identificados pela fiscalização contratual.

9.20. A solução escolhida mostra-se técnica e economicamente adequada às necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, assegurando continuidade dos serviços essenciais de limpeza e conservação, melhores condições de salubridade e organização dos ambientes públicos, preservação patrimonial e atendimento eficiente ao interesse público, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público.





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**10. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:**

10.1. Para atendimento da necessidade administrativa identificada, estima-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio predial, com execução estimada correspondente a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

10.2. A definição da carga horária estimada observou parâmetros referenciais de produtividade compatíveis com as características das áreas abrangidas pela contratação, considerando ambientes administrativos, áreas de circulação, sanitários, áreas externas pavimentadas e esquadrias sem exposição à situação de risco.

10.3. Ainda, a definição do quantitativo observou, como parâmetros técnicos subsidiários, o Caderno de Logística de Serviços de Limpeza e Conservação do Governo Federal, considerando as características das áreas abrangidas pela contratação, a periodicidade das atividades e a dinâmica operacional da Câmara Municipal.

10.4. Destaca-se que a sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá possui área aproximada total de 511,56 m<sup>2</sup>, distribuída da seguinte forma:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Andar</b>	<b>Metragem (M<sup>2</sup>) aproximada</b>
1	Hall de Entrada	Térreo	50 m <sup>2</sup>
2	Sala 1 / Recepção	Térreo	15 m <sup>2</sup>
3	Sala 2	Térreo	8 m <sup>2</sup>
4	Depósito	Térreo	2 m <sup>2</sup>
5	Arquivo/Lavanderia	Térreo	21 m <sup>2</sup>



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

6	Cozinha	Térreo	9 m <sup>2</sup>
7	Plenário	Térreo	156 m <sup>2</sup>
8	Sala de som	Térreo	2 m <sup>2</sup>
9	Banheiro masculino	Térreo	6 m <sup>2</sup>
10	Banheiro feminino	Térreo	6 m <sup>2</sup>
11	Banheiro adaptado	Térreo	3 m <sup>2</sup>
12	Área de circulação	Térreo	7 m <sup>2</sup>
13	Garagem	Térreo	21 m <sup>2</sup>
14	Escada	Térreo	15 m <sup>2</sup>
15	Calçadas	Térreo	47 m <sup>2</sup>
16	Recepção/Espera	1º Andar	13 m <sup>2</sup>
17	Banheiro feminino	1º Andar	3 m <sup>2</sup>
18	Banheiro masculino	1º Andar	2 m <sup>2</sup>
19	Sala 3	1º Andar	9 m <sup>2</sup>
20	Depósito	1º Andar	2 m <sup>2</sup>
21	Circulação	1º Andar	15 m <sup>2</sup>
22	Sala de reuniões	1º Andar	22 m <sup>2</sup>
23	Sala 4	1º Andar	21 m <sup>2</sup>
24	Sala 5	1º Andar	14 m <sup>2</sup>
25	Esquadrias	Térreo /1º Andar	60,00 m <sup>2</sup>

10.5. As áreas abrangidas pela contratação classificam-se como áreas internas com piso frio e espaços livres, áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação e esquadrias sem exposição à situação de risco.

10.6. Considerando a metragem total existente, a periodicidade necessária das atividades e a dinâmica de funcionamento da Câmara Municipal, concluiu-se que a carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais mostra-se suficiente e adequada para atendimento da demanda administrativa, assegurando a manutenção das



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

condições de higiene, salubridade, conservação e organização das dependências do Poder Legislativo Municipal.

10.7. A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente, observados os limites e condições previstos nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. Dessa forma, estima-se necessária a seguinte contratação para o período inicial de 12 (doze) meses:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais.	Mensal	12

10.9. Registra-se, por fim, que a presente contratação não possui interdependência com outras contratações em vigor no âmbito da Câmara Municipal que possibilitem ganho de escala ou compartilhamento da solução pretendida.

**11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:**

11.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com as disposições do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante utilização combinada de diferentes parâmetros de pesquisa de preços, visando assegurar que os valores estimados sejam compatíveis com os praticados no mercado e adequados às peculiaridades da contratação pretendida.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

11.2. Para formação da estimativa de preços foram utilizados, de forma combinada, os seguintes parâmetros previstos no §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- Composição de custos unitários e preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- Contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública;
- Pesquisa direta com fornecedores atuantes no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação.

11.3. A utilização conjunta dos parâmetros mostrou-se necessária considerando as características específicas do objeto, especialmente por se tratar de serviço contínuo de limpeza e conservação predial, cuja composição de custos sofre influência direta de fatores como convenção coletiva da categoria profissional, encargos trabalhistas, carga horária exigida, custos operacionais regionais e peculiaridades do local de execução dos serviços.

11.4. A pesquisa mercadológica contemplou análise de contratações similares realizadas por órgãos públicos, bem como cotações fornecidas diretamente por empresas especializadas na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, garantindo maior aderência da estimativa à realidade do mercado regional.

11.5. Foram considerados, para composição da média estimada, os seguintes valores mensais referenciais:

<b>COTAÇÃO 01</b>	
<b>Câmara Municipal de Jardinópolis/SC</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de forma contínua, de 01 serviços gerais para limpeza, conservação, higienização e asseio diário de copa e conservação da sede da Câmara de Vereadores.
<b>Data:</b>	07/05/2026
<b>Custo Mensal 1: R\$ 2.765,40</b>	
<b>COTAÇÃO 02</b>	



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

<b>Câmara Municipal de Taió/SC</b>	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das instalações da Câmara de Vereadores de Taió, sendo 20 (vinte) horas semanais / 4 (quatro) horas diárias.
<b>Data:</b>	02/06/2025
<b>Custo Mensal 2: R\$ 3.210,95</b>	
<b>COTAÇÃO 03</b>	
<b>DJN Serviços</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
<b>Data:</b>	18/05/2026
<b>Custo Mensal 3: R\$ 3.800,00</b>	
<b>COTAÇÃO 04</b>	
<b>Brilho Serviços de Limpeza</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
<b>Data:</b>	18/05/2026
<b>Custo Mensal 4: R\$ 3.800,00</b>	
<b>COTAÇÃO 05</b>	
<b>Condoclean</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de limpeza, asseio, conservação e higienização.
<b>Data:</b>	19/05/2026
<b>Custo Mensal 5: R\$ 3.480,00</b>	

11.6. A partir da análise dos valores obtidos, apurou-se valor médio mensal estimado de R\$ 3.411,27 (três mil, quatrocentos e onze reais e vinte e sete centavos) para execução dos serviços pretendidos.

11.7. Considerando a vigência inicial estimada da contratação de 12 (doze) meses, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 40.935,24 (quarenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), conforme demonstrativo abaixo:



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

Item	Especificação	Unid.	Quant	Valor estimado mensal	Valor estimado total
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais.	Mensal	12	R\$ 3.411,27	R\$ 40.935,24

11.8. Registra-se que os documentos utilizados para composição da pesquisa de preços, incluindo consultas ao PNCP, contratações similares e cotações obtidas junto a fornecedores, encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, constituindo suporte documental da estimativa apresentada.

## **12. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

12.1. O princípio do parcelamento, previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, objetiva ampliar a competitividade, possibilitar maior participação de fornecedores e promover a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante divisão do objeto em itens ou lotes autônomos, sempre que técnica e economicamente viável.

12.2. Entretanto, a obrigatoriedade do parcelamento não é absoluta, devendo ser observadas as particularidades do objeto contratado, especialmente quanto à viabilidade técnica, operacional e econômica da divisão da contratação.

12.3. No presente caso, conclui-se pela inviabilidade técnica e operacional do parcelamento da solução, considerando a natureza contínua, integrada e indivisível dos serviços pretendidos.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

12.4. Isso porque o objeto deste Estudo Técnico Preliminar consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, tratando-se de serviço executado de forma unificada, contínua e interdependente em um único local de trabalho.

12.5. A eventual divisão da contratação em múltiplos contratos, lotes ou prestadores distintos poderia ocasionar dificuldades de coordenação, conflitos de responsabilidade, prejuízos à padronização dos serviços, aumento da complexidade da fiscalização contratual e riscos à continuidade e eficiência da execução dos serviços.

12.6. Além disso, considerando que a estrutura física da Câmara Municipal possui dimensões reduzidas e rotina operacional simplificada, a execução integrada dos serviços por uma única empresa mostra-se mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público, permitindo melhor gerenciamento contratual, maior controle administrativo e otimização da fiscalização da execução dos serviços.

12.7. Vale destacar, ainda, que o entendimento doutrinário e jurisprudencial consolidado admite o não parcelamento quando a fragmentação do objeto puder comprometer a execução satisfatória da contratação ou resultar em prejuízo técnico e econômico à Administração Pública.

12.8. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

13.1. No contexto da presente contratação, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à adequada execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.





**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

13.2. A solução pretendida possui autonomia operacional e funcional, sendo suficiente, por si só, para atendimento da necessidade administrativa identificada, não dependendo da formalização simultânea ou posterior de outras contratações para viabilizar sua execução.

13.3. Destaca-se, ainda, que os materiais de consumo e produtos de limpeza utilizados na execução dos serviços já são fornecidos diretamente pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá, inexistindo necessidade de contratação complementar relacionada ao objeto pretendido.

13.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação poderá ser executada de maneira independente, sem necessidade de vinculação com outros contratos administrativos ou soluções acessórias.

**14. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:**

14.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA da Câmara Municipal de Vereadores de Itá para o exercício de 2026, elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, demonstrando alinhamento com o planejamento administrativo, orçamentário e operacional do Poder Legislativo Municipal.

14.2. O Plano de Contratações Anual encontra-se disponível para consulta pública no Portal Oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, por meio do seguinte endereço eletrônico:  
<https://www.camaraita.sc.gov.br/imprensa/transparencia/Plano-de-Contratacoes-Anual/1/2026>

14.3. A previsão da contratação no planejamento anual da Administração evidencia a necessidade contínua dos serviços de limpeza, conservação e higienização das dependências da Câmara Municipal, bem como a compatibilidade da solução pretendida com as diretrizes institucionais, administrativas e orçamentárias



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

do órgão.

14.4. Dessa forma, verifica-se que a contratação está devidamente alinhada ao planejamento da Administração Pública, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público e responsabilidade fiscal previstos na legislação vigente.

**15. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:**

15.1. O presente Estudo Técnico Preliminar busca alcançar resultados que conciliem economicidade, eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

15.2. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco mostra-se medida necessária e adequada para garantir a manutenção das condições de higiene, salubridade, organização e conservação patrimonial da sede do Poder Legislativo Municipal.

15.3. A solução escolhida possibilita maior eficiência operacional e administrativa, considerando que a Câmara Municipal não dispõe atualmente de recursos humanos suficientes e adequados para execução contínua das atividades de limpeza e conservação predial, especialmente em razão das restrições funcionais existentes em relação ao cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais e da extinção futura do referido cargo no quadro permanente do órgão.

15.4. Além disso, a terceirização dos serviços permite melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, possibilitando que os servidores efetivos permaneçam direcionados às atividades administrativas e institucionais próprias do



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

Poder Legislativo, evitando desvio funcional e promovendo maior racionalização da estrutura administrativa.

15.5. Sob o aspecto econômico, a contratação mostra-se mais vantajosa do que a criação ou manutenção de estrutura própria permanente para execução dos serviços, evitando custos relacionados à realização de concurso público, formação de vínculo efetivo, encargos permanentes, substituições, afastamentos e demais despesas inerentes à gestão direta de pessoal.

15.6. Também se verifica economicidade na opção adotada pela Administração de manter sob sua responsabilidade o fornecimento dos materiais de consumo e produtos de limpeza, considerando a existência de estoque previamente adquirido, permitindo melhor controle do consumo, redução de desperdícios e racionalização da utilização dos recursos públicos.

15.7. A solução pretendida visa, ainda, assegurar a adequada conservação do patrimônio público, redução de riscos relacionados à falta de higienização dos ambientes, melhoria das condições de trabalho dos servidores e garantia de ambiente apropriado ao atendimento da população e ao desempenho das atividades legislativas e administrativas.

15.8. Espera-se, portanto, alcançar melhores condições de higiene predial, salubridade, organização e conservação das instalações públicas, bem como assegurar plena observância aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, interesse público e legalidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO  
PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

16.1. Previamente à celebração do contrato administrativo decorrente da presente contratação, a Câmara Municipal de Vereadores de Itá adotará as providências administrativas necessárias ao adequado acompanhamento e



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

fiscalização da execução contratual, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Dentre as principais providências a serem adotadas, destacam-se:

- Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, os quais acompanharão a execução dos serviços, observando o cumprimento das obrigações contratuais, periodicidades, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no contrato administrativo;
- Elaboração final dos documentos da fase preparatória da contratação, incluindo Termo de Referência, minuta contratual, estimativa de preços e demais documentos necessários à instrução do processo licitatório;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e compatibilidade da contratação com o planejamento administrativo e financeiro da Câmara Municipal;
- Definição dos mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, visando assegurar a adequada prestação dos serviços e o atendimento das necessidades da Administração;
- Organização dos procedimentos internos relacionados ao fornecimento dos materiais de consumo e produtos de limpeza que permanecerão sob responsabilidade da Câmara Municipal.

16.3. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços serão exercidos por servidores designados pela Administração, os quais poderão, juntamente com o representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas durante a execução contratual.



**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

16.4. A fiscalização contratual deverá acompanhar, além da adequada execução dos serviços, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho pela contratada, especialmente quanto à regularidade do vínculo empregatício, fornecimento de EPIs, pagamento de salários e encargos legalmente exigíveis, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. Caso as irregularidades identificadas não sejam sanadas no prazo estabelecido pela fiscalização, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas no edital, no contrato administrativo e na legislação vigente.

16.6. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas à execução contratual serão formalmente registradas pela Administração, constituindo documentos hábeis para fins de acompanhamento, fiscalização e eventual aplicação de penalidades.

**17. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:**

17.1. A prestação dos serviços contínuos de limpeza, asseio, conservação e higienização possui potencial para gerar impactos ambientais, especialmente em razão da utilização de produtos químicos, consumo de água e energia elétrica, bem como da geração e destinação de resíduos sólidos decorrentes da execução das atividades.

17.2. Os principais impactos ambientais relacionados à contratação referem-se à possibilidade de contaminação ambiental decorrente do descarte inadequado de resíduos e produtos químicos, desperdício de recursos hídricos e energéticos, utilização excessiva de materiais de consumo e destinação inadequada de resíduos recicláveis.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

17.3. Dessa forma, visando minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação e promover a sustentabilidade na execução dos serviços, a contratada deverá observar boas práticas ambientais, de racionalização de recursos e de gerenciamento adequado dos resíduos gerados durante a execução contratual.

17.4. Para mitigação dos impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

- Utilização de produtos de limpeza e conservação que atendam às normas e especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, observando-se critérios de segurança, eficiência e menor impacto ambiental;
- Racionalização da utilização de produtos químicos, evitando desperdícios, excessos e utilização desnecessária de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, priorizando, sempre que possível, produtos biodegradáveis ou de menor toxicidade;
- Adoção de medidas destinadas à redução do consumo de água tratada durante a execução dos serviços, utilizando-se, sempre que possível, a água proveniente da cisterna disponibilizada pela Câmara Municipal de Vereadores de Itá;
- Racionalização do consumo de energia elétrica na utilização de equipamentos eventualmente empregados na execução dos serviços;
- Separação adequada dos resíduos recicláveis produzidos nas dependências da Câmara Municipal, observando-se as práticas de coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada dos materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Acondicionamento adequado dos resíduos sólidos gerados durante a execução dos serviços, de forma compatível com as normas ambientais e sanitárias aplicáveis;



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

- Observância, quando aplicável, das diretrizes relacionadas à logística reversa e descarte ambientalmente adequado de materiais, embalagens e resíduos decorrentes da execução contratual;
- Fornecimento e fiscalização da utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução segura das atividades, minimizando riscos de acidentes e exposição dos trabalhadores a agentes químicos potencialmente nocivos.

17.5. A contratação deverá observar, ainda, as diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normas ambientais aplicáveis, buscando promover maior eficiência no uso dos recursos públicos, redução de desperdícios e adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante toda a execução contratual.

**18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:**

18.1. Diante das análises técnicas, operacionais, econômicas e administrativas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária, viável e compatível com o interesse público, atendendo satisfatoriamente às necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Itá relacionadas à manutenção das condições de limpeza, conservação, higienização e asseio de suas dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco.

18.2. A solução proposta, consistente na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, mediante disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos e supervisão técnica





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

necessários à adequada execução contratual, apresenta-se como a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

18.3. A contratação caracteriza-se como prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, inexistindo disponibilização exclusiva e permanente de empregado da contratada à Administração.

18.4. Considerando que os serviços serão prestados com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, verifica-se que a execução contratual não demandará dedicação exclusiva de mão de obra.

18.5. A contratada poderá compartilhar seus recursos humanos e operacionais com outros contratos, desde que assegurado o integral cumprimento da carga horária, das rotinas de execução, dos níveis de qualidade exigidos e da disponibilidade necessária ao atendimento das demandas da Câmara Municipal.

18.6. Não haverá exigência de permanência integral ou disponibilidade exclusiva de empregados vinculados ao contrato, tampouco alocação exclusiva de recursos materiais, circunstâncias que afastam a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra.

18.7. A contratação mostra-se especialmente adequada diante da inexistência de recursos humanos suficientes e aptos para execução contínua das atividades no âmbito do quadro funcional da Câmara Municipal, considerando as restrições atualmente existentes em relação à servidora ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, bem como a previsão de extinção do referido cargo constante na legislação municipal vigente.

18.8. Além disso, verificou-se que a terceirização dos serviços possibilita maior eficiência administrativa, racionalização da gestão de pessoal, continuidade adequada dos serviços essenciais de limpeza e conservação predial, preservação do patrimônio público e manutenção de ambiente salubre e adequado ao desempenho das atividades legislativas e administrativas.

18.9. Também restou demonstrado que a solução adotada é compatível com as características físicas e operacionais da Câmara Municipal, especialmente



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

considerando a metragem da área abrangida pelos serviços, a baixa complexidade operacional das atividades e a viabilidade técnica da execução mediante disponibilização de 1 (um) servente de limpeza com jornada parcial de 20 (vinte) horas semanais.

18.10. A contratação pretendida encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e orçamentário da Câmara Municipal, possui previsão no Plano de Contratações Anual e observa as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público.

18.11. Dessa forma, conclui-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação pretendida, por entender que a solução proposta atende de maneira adequada e eficiente às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

Itá/SC, 18 de maio de 2026.

---

**Poliana Marieli Peri**

Assessora de Comunicação